



DIREITO AMBIENTAL – RESERVA LEGAL – ANÁLISE HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA – EXAME DA CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 68 DA LEI 12.651/2012 E REMÉDIO JURÍDICO PARA QUESTIONÁ-LO – ÔNUS DA PROVA DE DEMONSTRAR A SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO (PARECER)

*ENVIRONMENTAL LAW – LEGAL RESERVE FUNDS – HISTORICAL ANALYSIS OF BRAZILIAN
LEGISLATION – CONSTITUTIONAL REVIEW OF ARTICLE 68 IN BRAZILIAN FEDERAL ACT
12.651/2012 AND THE PROPER LEGAL RESOURCES TO DEMAND SUCH REVIEW – THE
BURDEN OF PROOF TO EVIDENCE THE OCCURRENCE OF VEGETATION REMOVAL (LEGAL OPINION)*

FERNANDO CAMPOS SCAFF

Professor Titular do Departamento de Direito Civil na Faculdade de Direito da USP – Largo São Francisco.
fcscaff@cscff.com.br



ÁREA DO DIREITO: Ambiental



SUMÁRIO: I. Introdução – II. A Legislação Brasileira e a Defesa Ambiental – III. O Sentido do Art. 68 da Lei 12.651/2012, o Atual Código Florestal – IV. Análise da abrangência e sentido do art. 66 do Código Florestal – V. A questão do ônus da prova, especialmente no tocante à disposição contida no § 1.º do art. 68 da Lei 12.651/2012 – VI. A legitimidade da (...) para apresentar e discutir em juízo tais questões – VII. Conclusão

CONSULTA

A (...) honra-nos com a formulação de consulta versando sobre os seguintes temas: (a) a análise histórica da legislação federal no Brasil acerca das chamadas reservas legais; (b) a constitucionalidade e legalidade do art. 68 da Lei 12.651/2012, bem como sobre o remédio jurídico para confirmar a validade e eficácia desse dispositivo legal; (c) análise da abrangência e sentido do art. 66 da mesma lei; (d) a questão do ônus da prova, especialmente no tocante à disposição contida no § 1.º do art. 68 da Lei 12.651/2012; (e) avaliação desses temas sob as perspectivas da função social da propriedade, do desenvolvimento sustentável e das regras de hermenêutica e, por fim, (f) a afirmação da legitimidade da (...) para discutir em juízo tais questões.

SCAFF, Fernando Campos. Direito ambiental – Reserva legal – Análise histórica da legislação brasileira – Exame da constitucionalidade do art. 68 da Lei 12.651/2012 e remédio jurídico para questioná-lo – Ônus da prova de demonstrar a supressão da vegetação (parecer). *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. vol. 8. ano 3. p. 339-354. São Paulo: Ed. RT, jul.-set. 2016.

